

Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

### DECRETO Nº.1727, DE 28 DE AGOSTO DE 2024.

Regulamenta os mecanismos para o levantamento da demanda e cadastro para a oferta de vagas na Educação Infantil - Etapa Creche (0 a 3 anos) bem como os critérios e procedimentos para edição da lista de espera nas instituições de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Sério/RS.

**SIDINEI MOISES DE FREITAS,** Prefeito de Sério, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,

**CONSIDERANDO** dever de transparência pública pelo que a norma pretende assegurar, tem fundamento no princípio da publicidade e da impessoalidade, indicados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal – CF, associados aos arts. 205, 206, 208 e 211 também da CF, os quais determinam que:

- a) a educação é direito de todos e dever do Estado (Poder Público) e da família (art. 205);
- b) o ensino deve ser ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola de forma gratuita nos estabelecimentos públicos oficiais (art. 206, I e IV);
- c) o Poder Público deve garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurando, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (art. 208, 1):
- d) deve ser garantido o atendimento educacional especializado (art. 208, III) e a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (art. 208, IV);
- e) os Municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (art. 211, § 2°); e
- f) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio (art. 211, § 3°).

**CONSIDERANDO** que os Municípios têm o dever constitucional de garantir o acesso à educação infantil (o que inclui a creche, mesmo não sendo uma etapa



Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

obrigatória, conforme já definido pelo Supremo Tribunal Federal em 22/09/2022 - Tema 548: RE 1008166).

CONSIDERANDO A Lei Federal nº 14.685, de 20 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 21 de setembro de 2023, acresceu o inciso IV, ao art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que determina ao Poder Público, na esfera de sua competência federativa, a obrigatoriedade de divulgar a lista de espera por vagas na educação básica, inclusive creches, bem como os critérios para elaboração da lista.

**CONSIDERANDO** A Lei Federal nº 14.851, de 03 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 06 de maio de 2024, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.

CONSIDERANDO o Ofício Circular DCF nº 08/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), encaminhado aos Municípios gaúchos, alertando os gestores acerca da necessidade de dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.685/2020, o qual alterou a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e que sugere a inclusão de informações complementares, visando justamente garantir o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência da Administração Pública.

considerando a Resolução do CME nº 01/2024 que estabelece a norma quanto a obrigatoriedade da criação de mecanismos de levantamento da demanda por vagas no atendimento à creche conforme a Lei Federal nº 14.851 de 03 maio de 2024 e a divulgação de lista de espera por vagas em escolas e creches e critérios para edição da lista de espera, conforme Lei Federal nº 14.685, de 20 de setembro de 2023, que acresceu o inciso IV, ao art. 5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.



Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

#### **DECRETA:**

# CAPÍTULO I DOS MECANISMOS PARA LEVANTAMENTO DA DEMANDA DE CRECHE

- **Art. 1º** O Município realizará, anualmente, levantamento da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.
- **Art. 2º** Para fins de organização oraçamentária, o levantamento anual da demanda por creche será relizada sempre no mês de outubro a novembro do ano anterior.
- **Art. 3º** O executivo municipal nomeará através de Portaria uma Equipe Técnica responsável pelo levantamento da demanda por creche (0 a 3 anos de idade) que será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e contará com a participação de órgãos públicos de educação, de assistência social, de saúde e de proteção à infância, bem como de organizações da sociedade civil organizada.
- **Art. 4º** A Equipe Técnica do levantamento da demanda por creche será responsável por:
- I definir os mecanismos que serão utilizados no levantamento da demanda;
- **II** realizar o mapeamento territorial, regionalizado e local;
- III apresentarem ao executivo municipal os recursos necessários para execução do levantamento da demanda.
- IV apresentar propostas de atos (editais) para divulgação e chamamento da população alvo.
- V organizar os dados após o levantamento da demanda.
- VI estabelecer diretrizes para ações intersetoriais de acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial os beneficiários de programas de transferência de renda.



Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

# CAPÍTULO II DA OFERTA DE VAGAS E CRITÉRIOS

**Art. 5º** O número de vagas ofertadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino será divulgado no momento da publicação do edital de chamamento das rematrículas e matrículas, respeitando o número de alunos, turma por ano e o espaço físico no Ensino Fundamental e na Educação Infantil conforme a faixa etária e o espaço físico, conforme norma estabelecida pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 6º** O processo de matrícula será realizado através das seguintes fases:

#### I – Rematrícula:

- II matrículas novas: a) pré-matrícula (solicitação de vaga) e b) matrícula
- §1º O período, bem como os documentos, para a realização das rematrículas e matrículas novas, serão definidos anualmente, através de edital.
- **§2º** A fase de rematrícula será realizada em cada instituição de ensino da Rede Municipal e destinase aos interessados em renovar a matrícula para a frequência no ano seguinte.
- § 3º Após a efetivação das rematrículas, as vagas remanescentes serão destinadas ao preenchimento por matrículas novas.
- **Art. 7º** As solicitações de matrículas novas, serão realizadas nas Escolas, se dará inicialmente com a solicitação de vaga (pré-matrícula):
- § 1º Cada solicitação de vaga receberá um número de inscrição.
- § 2º O número de inscrição será gerado de forma sequencial, em ordem crescente, seguido do ano correspondente (Ex:0001/2024), no Cadastro da solicitação de vaga da Escola.



Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

- **Art. 8º** O Cadastro de Vaga por Unidade Escolar será estabelecido respeitando ano/série no Ensino Fundamental e a faixa etária na Educação Infantil, atendendo o dispositivo do artigo 5º deste Decreto, em acordo com o número de inscrição gerado no ato de solicitação de vaga.
- **Art. 9º** Quando o número de vagas ofertadas na Unidade Escolar for inferior à demanda, a oferta de matrícula será de acordo com a classificação estabelecida pelos seguintes critérios de prioridade:
- I residir no território do município;
- II zoneamento: criança/estudante que residir mais próximo da escola (art. 4°, X, da LDB e art. 53,
  V, primeira parte, do ECA);
- III criança com deficiência e/ou transtorno global de desenvolvimento, com comprovante de Laudo
  Médico;
- IV mediante solicitação judicial e devidamente comprovada necessidade e/ou situação de risco/vulnerabilidade, com parecer técnico de uma assistente social do município.
- V os beneficiários de programas de transferência de renda;
- VI- Ordem de classificação conforme a data do cadastro de solicitação de vaga (dia e hora) na Unidade Escolar.
- **Art. 10** A lista geral consolidada das solicitações de vagas por Unidade Escolar, será publicado no site da Prefeitura Municipal (<a href="www.serio.rs.gov.br">www.serio.rs.gov.br</a>), atualizado no primeiro dia útil de cada mês, onde deverá constar sempre que for havendo mudanças na demanda.
- I quantidade de vagas ofertadas por etapas e turmas na educação infantil e no ensino fundamental de cada Unidade Escolar;
- II o número do protocolo de inscrição, ou nome dos pais/responsáveis, com a data e a situação da solicitação de vaga;



Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

- III as vagas atendidas e as que estão na lista de espera por ordem de colocação;
- IV os critérios para definição de vagas e ordem de colocação.
- **Art. 11** As crianças/estudantes não contemplados com vagas permanecerão nas listas de classificação do Cadastro da solicitação de vaga por Unidade Escolar da Rede Municipal
- **Parágrafo único** Na idade do ensino obrigatório, dos 4 anos aos 17 anos, mesmo que não haja vaga na escola solicitada para o educando, o poder público deverá garantir a matrícula em uma de suas unidades de ensino e obrigação dos pais/responsáveis garantir a frequência do mesmo.
- **Art.12** Sempre que houver vagas remanescentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação fazer o chamamento dos pais ou responsáveis legais para preenchimento destas, através de:
- I Contato telefônico, pelo número informado na solicitação da matrícula;
- II- Contato por endereço eletrônico (e-mail), caso seja informado no ato da solicitação da matrícula;
- III- Visita à residência, conforme endereço informado;
- IV- Aviso através dos meios de comunicação, por um período de 3 (três) úteis.
- **Art. 13** Da efetivação da matrícula, das vagas remanescentes:
- **I-** Os pais ou responsáveis legais terão o direito de não aceitar a vaga oferecida, caso essa não preencha a situação requisitada no momento da solicitação de vaga, mantendo o direito de permanecer na mesma posição e aguardando a vaga conforme situação solicitada;
- II- Os pais ou responsáveis legais que não queiram mais a vaga solicitada deverão preenche "O termo de desistência", onde será expressa a razão da mesma;



Rua 17 de Novembro, 1075 – Centro – CEP: 95.918-000 CNPJ 94.706.033/0001-03

III- O não comparecimento dos pais ou responsáveis legais para a efetivação da matrícula no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ensejará na perda da vaga e no chamamento dos pais ou responsáveis legais do próximo aluno;

**IV**- Na etapa creche, após a efetivação da matrícula e o não comparecimento da criança à escola ou sua infrequência de 10 (dez) dias úteis, sem justificativa, perderá a vaga.

**Art. 14** As solicitações de matrículas novas realizadas fora do período estabelecido por edital obedecerão às normas desse decreto e deverão ser realizadas nas escolas de segunda-feira à sextafeira, no horário das 8h às 11h30min ou das 13h30 às 17h.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sério/RS, 28 de agosto de 2024.

## SIDINEI MOISÉS DE FREITAS

Prefeito de Sério/RS

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE** 

VAGNER CAPOANI Secretário de administração E Planejamento Prefeito Municipal